

EM DEBATE

**FOI A PERDA
DO IMPÉRIO BRASILEIRO
UM MOMENTO CRUCIAL
DO SUBDESENVOLVIMENTO
PORTUGUÊS?**

PEDRO LAINS

Instituto de Ciências Sociais

**UM PASSO EM FRENTE,
VÁRIOS À RECTAGUARDA:
— RESPOSTA À NOTA CRÍTICA
DE PEDRO LAINS**

VALENTIM ALEXANDRE

C.E.H.C.P. do I.S.C.T.E

FOI A PERDA DO IMPÉRIO BRASILEIRO UM MOMENTO CRUCIAL DO SUBDESENVOLVIMENTO PORTUGUÊS? *

I

O artigo de Valentim Alexandre recentemente publicado — «Um Momento Crucial do Subdesenvolvimento Português»¹ — trouxe novo fôlego à velha discussão sobre as consequências efectivas da perda do Império Brasileiro na economia portuguesa. Este autor, opondo-se à tese defendida por Borges de Macedo², procura demonstrar, essencialmente através do estudo da evolução das exportações de produtos manufacturados portugueses para o Brasil, que a economia portuguesa sofreu um rude golpe com o colapso daquelas exportações, o qual teria sido provocado pelo fim do monopólio comercial português no Brasil.

Como se sabe, e Valentim Alexandre nos lembra ao longo do seu artigo, Borges de Macedo é da opinião que a contracção nas referidas exportações se deveu, não à abertura dos portos ou à independência do Brasil, mas sim às condições próprias da indústria portuguesa e à concorrência da indústria da Grã-Bretanha nos mercados mundiais.

Nesta nota crítica vou retomar o essencial da tese de Borges de Macedo, contestando as conclusões de Valentim Alexandre, que me parece ter feito uma leitura menos rigorosa da curva das exportações de manufacturas nacionais para o Brasil, e ter-lhes dado uma excessiva importância no contexto da produção manufactureira portuguesa, tomando-as mesmo como um indicador do seu estado de vitalidade³.

Antes de analisar em maior pormenor estas questões, porém, é conveniente determo-nos um pouco sobre a aferição dos dados das *Balanças Gerais do Comércio do Reino de Portugal com os seus Domínios e Nações Estrangeiras...* que Valentim Alexandre empreendeu neste seu artigo. Apesar das importantes correcções que fez a estes dados, que constituem a base estatística do artigo, parece-me que Valentim Alexandre deveria ter ido mais longe e tentado desvendar outras possíveis fontes de erro para além das apontadas⁴.

Uma delas refere-se à avaliação das mercadorias entradas ou saídas dos portos portugueses, em comércio directo ou indirecto. Há

indicações várias de que a avaliação feita pelas alfândegas portuguesas era deficiente e arbitrária. Por exemplo, e curiosamente, uma das justificações para a reforma pautal de 1837, apresentada ao longo das discussões que a precedeu, foi a necessidade de se acabar com a anarquia na avaliação dos produtos do comércio externo português. Veja-se o que dizia Passos Manuel numa carta à Rainha, datada de Janeiro de 1837:

...reconhecendo que os direitos, que se cobram nas alfândegas do Reino, ou são recebidos com desigualdade notavelmente prejudicial ao comércio *por não se poder dar uma regra fixa para calcular o valor das mercadorias*, ou são cobrados segundo as avaliações que os diferentes géneros têm na pauta (...) de 1782, *tão limitada nos objectos que contém como irregular no preço deles...* ⁵

Também seria necessário verificar se a designação dos portos de origem e destino das mercadorias coincidia com a realidade. Por exemplo, as «relações mercantis praticamente nulas» entre Portugal e a França nos anos 1796 a 1801, em virtude do estado de guerra entre estes dois países, poderiam ser apenas aparentes. Com efeito, pelos valores dados por Valentim Alexandre ⁶, pode-se colocar a hipótese de que a reexportação de produtos coloniais de Portugal para França tenha passado a ser feita através de Hamburgo. Assim se justifica que depois do tratado de paz de 1801 as nossas reexportações para Hamburgo se tenham contraído fortemente, ao mesmo tempo que recuperaram as reexportações para França. Sem se verificar esta possível fonte de erro, não se pode concluir sobre a posição de cada país — nomeadamente da Grã-Bretanha — no comércio externo português do período das *Balanças* (1796-1831).

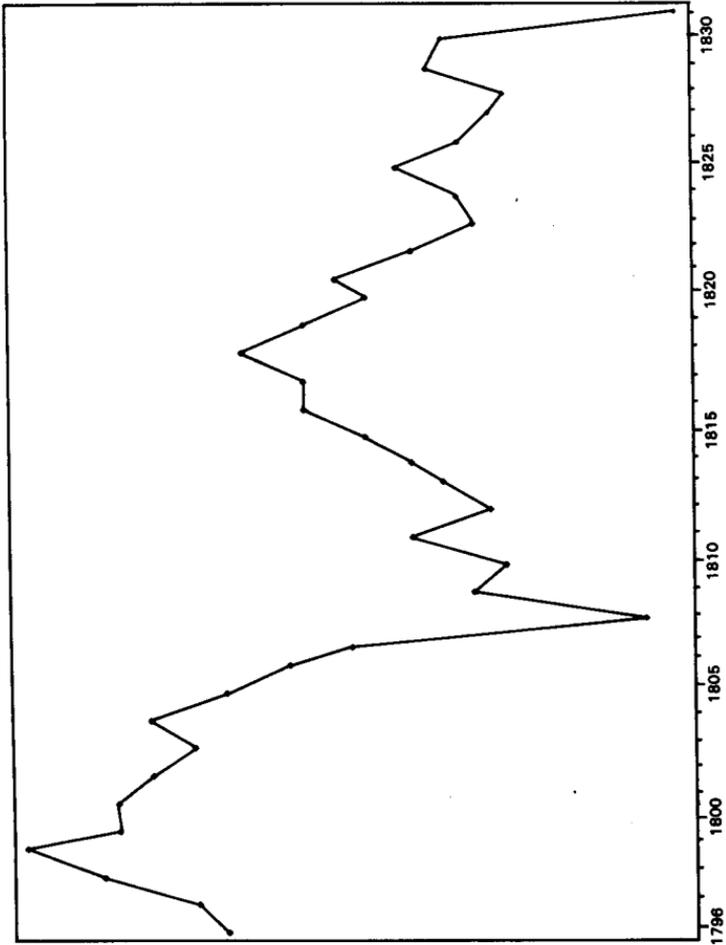
II

O aspecto mais importante do artigo de Valentim Alexandre é a já referida reposição da tese que defende que a abertura dos portos do Brasil à navegação estrangeira em 1808, o tratado comercial anglo-português de 1810 e, finalmente, a independência da nossa principal colónia, em 1822, tiveram consequências drásticas para a produção industrial portuguesa. A justificação desta ideia é que aqueles factos históricos teriam provocado uma forte quebra na procura *total* de produtos manufacturados portugueses, em consequência da contracção na procura do mercado brasileiro para os mesmos produtos.

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS
INDUSTRIAS PORTUGUESES PARA O BRASIL
(PREÇOS CORRENTES)

ESCALA SEMI-LOGARÍTMICA

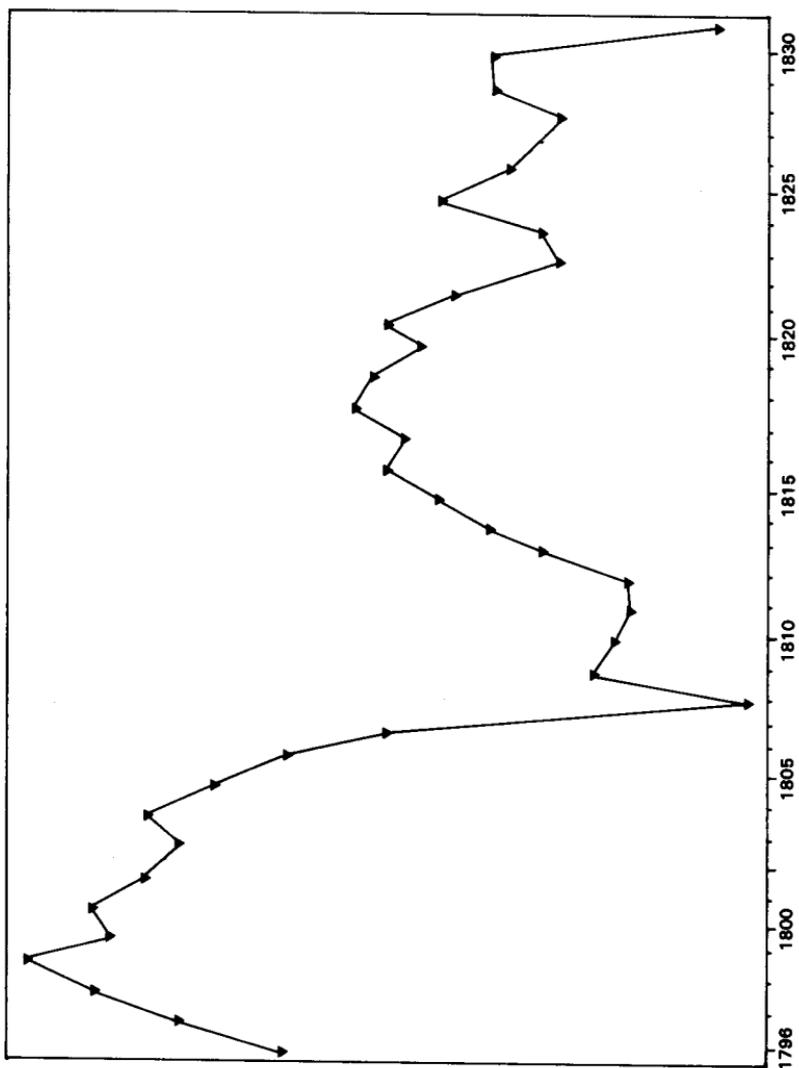
GRÁFICO I (VALORES NÃO RECTIFICADOS)



VALENTIM
ALEXANDRE

(Fonte: VALENTIM ALEXANDRE,
Op. cit., QUADRO I)

GRÁFICO II (VALORES RECTIFICADOS)



PEDRO
LAINS

(Fonte: VALENTIM ALEXANDRE,
Op. cit., QUADRO II)

Analisando os valores rectificadados das exportações de manufacturas para o Brasil — publicadas no seu artigo no quadro II e que representamos nos gráficos da página anterior — Valentim Alexandre concluiu que:

...as exportações de produtos industriais portugueses para o Brasil não são, na generalidade, afectadas até 1805; e a própria recessão de 1806 é muito relativa uma vez comparada à quebra vertical que registámos agora no estudo do período de 1808 a 1831 ⁷.

Em face da evidência dada pelos gráficos aqui apresentados, esta interpretação não parece ser legítima. Efectivamente são três os sub-períodos em que se deve dividir esta série: o primeiro começa em 1799 e finda em 1808 e nele se regista uma queda significativa das exportações; o segundo abrange os anos 1808-1818 e é de recuperação; finalmente o terceiro, de 1818 a 1831, é novamente um sub-período de contracção. Nesta interpretação da curva das referidas exportações, a carta régia de D. João V de 1808 não teve qualquer efeito decisivo, pelo menos aparente, na evolução das exportações de manufacturas portuguesas para o Brasil. Do mesmo modo não posso concordar com Valentim Alexandre quando refere uma nova retracção nas mesmas exportações a partir de 1822/238.

Esta divergência de opiniões tem uma explicação relativamente simples: o método aplicado por Valentim Alexandre para a análise da curva das exportações foi contraproducente porque não foi correctamente utilizado. Este autor conclui que houve «prosperidade durante a maior parte do período de 1796 a 1807; primeiros sintomas de recessão em 1805; recessão geral em 1806-07», fazendo a estimativa da recta tendencial da série para este curto período e estabelecendo a partir dela a diferença entre os *valores reais* dados pela série em causa e os *valores dados pela tendência*. Os anos em que esta diferença era positiva foram considerados como anos de «prosperidade», sendo apenas os de «recessão» aqueles em que aquela diferença teve valor negativo. Deste modo, Valentim Alexandre pôde afirmar que «ao contrário do que [Borges de Macedo] afirma, 1802 é um ano positivo, dentro da série de 1796 a 1806, e não o começo da catástrofe», a qual teria começado quando os desvios referidos passaram de positivos a negativos, isto é, em 1805, 1806 ou 1807 ⁹.

Esta leitura da curva das exportações não é correcta no que diz respeito à determinação dos seus pontos de inflexão. É por demais evidente, segundo os gráficos atrás apresentados, que o primeiro movimento descendente nas exportações de manufacturas portuguesas para o Brasil começou em 1799 ¹⁰. Mas se isso não bastasse, a correcta

leitura das contas de Valentim Alexandre quanto aos desvios da série relativamente à sua tendência, levam à mesma conclusão. O que importa para se determinar o ano crítico em que uma série passa de um movimento ascendente para outro descendente (ou vice-versa), isto é, o ponto de inflexão, não é que o desvio passe de positivo a negativo, mas sim que seja máximo. De outra forma, numa série com evolução fortemente descendente como a que temos vindo a analisar, no período 1799-1808, há sempre uma grande probabilidade de que os anos imediatamente posteriores ao máximo fiquem acima da tendência. Este primeiro desvio máximo, segundo a nossa interpretação dos valores fornecidos pelo autor ¹¹, verificou-se efectivamente em 1799. Quanto ao segundo máximo, ele situa-se em 1818 e não em 1822/23 como afirma Valentim Alexandre. Deste modo, também não se distingue qualquer efeito directo da independência do Brasil nas exportações de manufacturas portuguesas.

Outra questão que não foi abordada convenientemente foi a dos efeitos dos preços na evolução do valor das exportações. É preciso não esquecer que no período 1796-1831 registaram-se grandes oscilações nos preços, quer em Portugal quer no resto do mundo. Deste modo, a imagem dada pela evolução das exportações medidas em valor poderá ser distorcida, o que implica que seja necessário deflacionar primeiro a série com um índice de preços adequado, para depois se concluir mais precisamente dos efeitos da perda do monopólio do Brasil ¹².

III

Nesta secção analisa-se o problema levantado no artigo de Valentim Alexandre sob outro prisma. Em vez de me ocupar das eventuais consequências do «colapso» das exportações de *manufacturas nacionais* para o Brasil sobre a produção industrial portuguesa, procurarei responder à seguinte questão: «O que teria acontecido ao comércio e à navegação de Portugal com a sua mais importante colónia, o Brasil, se os portos deste país não tivessem sido franqueados aos navios e mercadorias estrangeiros, em 1808, se não se tivessem dado direitos preferenciais aos britânicos em 1810 e, finalmente, se o Brasil não se tivesse tornado independente em 1822?» — Esta questão contrafactual esteve sempre implícita em toda a discussão sobre este assunto e parece-nos evidente que os autores na linha de Valentim Alexandre responderiam que teria acontecido qualquer coisa diferente do que se verificou historicamente.

Quanto a mim, como tentarei demonstrar recorrendo a alguns exemplos, a situação alternativa evocada pela pergunta acima formulada não seria melhor para o comércio e a navegação portuguesas.

As forças económicas prevalecentes no comércio do Atlântico Sul, no primeiro terço do século XIX, eram muitos desfavoráveis à manutenção do papel exclusivo de Portugal no comércio do Brasil. Desde a década de 1770, pelo menos ¹³, Portugal servia em larga escala como país de trânsito para as exportações de manufacturas europeias para o Brasil, sendo o comércio de retorno ocupado pela reexportação de produtos brasileiros para a Europa. Este facto é sobejamente conhecido, e Valentim Alexandre dele nos dá conta quanto ao período 1796-1808 ¹⁴. Sendo assim, o papel que Portugal desempenhava era, em termos económicos, desnecessário e caro porque implicava um serviço que onerava o preço dos produtos transaccionados. A sua exclusão como entreposto comercial traria certamente benefícios aos comerciantes e consumidores (e até aos tesouros) dos Estados europeus e brasileiro. Compreende-se então que a posição economicamente artificial de Portugal neste quadro custasse a manter uma vez que as forças tendentes à sua dissolução eram certamente prevalecentes.

A mais evidente dessas forças era o contrabando ¹⁵. Dada a supremacia britânica nos mares e dada a maneira extremamente eficaz como os comerciantes britânicos se aproveitavam das diversas formas de negócio rentável, é difícil negar a existência de um contrabando vultoso em todo o período em que Portugal conseguiu manter o exclusivo *legal* no comércio de Brasil. O oportunismo dos comerciantes britânicos é demonstrado, por exemplo, num recente artigo de D. M. Williams. Segundo este autor, aqueles comerciantes, para beneficiarem do sistema de direitos preferenciais das pautas da Grã-Bretanha em relação às produções das respectivas colónias, compravam madeiras no Báltico ou café na América do Sul, transportavam-nos respectivamente para o Canadá ou para a África do Sul (na altura das colónias britânicas), para depois os introduzirem no seu país sob direitos preferenciais. Conclui este autor o seguinte:

...these two instances of customs evasion bear testimony to the opportunism of British merchants who were quick to recognize and take advantage of distorted customs schedules ¹⁶.

Tendo isto em conta, é possível dar uma primeira resposta à questão atrás formulada. Se Portugal não tivesse permitido o tráfico directo do estrangeiro com o Brasil, e se os outros portos da América Latina o tivessem feito, como fizeram, o contrabando entre

a Europa e o Brasil teria aumentado em virtude da maior facilidade dos produtos europeus atingirem portos próximos do Brasil, para depois aí serem introduzidos clandestinamente por via terrestre ou marítima.

Mas a desvantagem de Portugal não se situava apenas no que diz respeito ao contrabando, de crescimento potencial muito forte. Uma vez restabelecida a paz na Europa em 1815, a Grã-Bretanha mandou para os mercados mundiais manufacturas de algodão e outros produtos industriais a preços cada vez mais baixos. Com efeito, entre 1814 e 1823, os preços das exportações britânicas daquelas manufacturas foram reduzidos em cerca de metade, o que aconteceu novamente entre 1823 e 1838¹⁷. Se se confrontar estas reduções de preços com a estabilidade dos preços das exportações de algodões portugueses para o Brasil, patente nos dados das Balanças, entre 1819/20 e 1821/27 (únicos valores fornecidos por Valentim Alexandre) pode concluir-se que seria muito difícil à produção nacional manter inalterada a sua posição no mercado brasileiro.

Disto tudo sobressai o facto de a manutenção do exclusivo português no comércio com o Brasil vir a ter como consequência mais provável, para além do incremento do contrabando, um papel mais acentuado de Portugal como entreposto dos produtos muito mais baratos de origem britânica, nomeadamente de têxteis de algodão. Podemos acrescentar aqui um elemento fornecido pelo próprio Valentim Alexandre que nos parece estar de acordo com esta nossa hipótese. Mostra este autor que as exportações de *instrumentos agrícolas* não sofreram a evolução negativa sentida pelas manufacturas de algodão, após a abertura dos portos do Brasil¹⁸. Segundo me parece, isto sucedeu porque era exactamente nos produtos em que o trabalho artesanal era usado mais intensamente (caso dos instrumentos agrícolas) que na Grã-Bretanha se verificaram menores reduções de preços, neste período¹⁹. Desta forma, apesar do termo do exclusivo comercial, a produção portuguesa com hipóteses de manter uma certa competitividade não deixou de exportar e, até, conseguiu ver o seu comércio com o exterior aumentar.

IV

Esta última observação conduz-nos, finalmente, a debater um ponto central na tese de Valentim Alexandre, a saber, a relação de causa a efeito que o autor estabelece entre o declínio das exportações de manufacturas nacionais para o Brasil e o subdesenvolvimento industrial português. Para se afirmar que a indústria nacional foi

decisivamente prejudicada pela quebra das exportações de manufacturas, é necessário partir do pressuposto que estas constituíam uma parte significativa daquela.

Dado o atraso dos estudos quantitativos sobre a história económica portuguesa, não se dispõe ainda de elementos para analisar esta questão com mais rigor. No entanto, não me parece provável que uma parcela significativa — digamos mais de 1/4 — da produção industrial portuguesa fosse exportada para o Brasil.

À semelhança do que acontecia com as ligações marítimas entre a Grã-Bretanha e a América Latina ²⁰, as ligações entre Portugal e o Brasil deveriam ser difíceis, demoradas e irregulares. Desde o embarque das mercadorias nos portos britânicos até à pela realização do capital nelas investido podia decorrer até um ano. Assim, as taxas de lucro do negócio de exportação para aquele subcontinente poderiam ascender ao dobro das taxas de lucro normais do período, de modo a compensar a mera rotação do capital investido. Por outro lado, a instabilidade das ligações marítimas era tal que muitas vezes o atraso de uma viagem podia fazer com que uma mercadoria destinada a ser vendida no verão (como peças de vestuário de algodão) só chegasse ao seu destino no inverno, quando a procura seria menos favorável; ou não permitiam que se pudesse determinar qual o ponto de carência ou de saturação em que se encontravam os mercados, pois tanto podiam chegar vários navios num curto espaço de tempo, como passarem-se alguns meses sem chegar qualquer embarcação vinda da Europa.

Não é de crer que nestas condições uma parte importante das manufacturas portuguesas fosse pensada, posta em prática ou funcionasse com base na procura *esperada* do mercado brasileiro, longínquo e instável, ainda que protegido. Parece mais provável que a esmagadora maioria das unidades manufactureiras (ou artesanais) em Portugal trabalhassem com vista a satisfazer o mercado interno, mais certo, mais facilmente conhecido e, segundo Borges de Macedo, mais protegido pelos elevados custos de transporte. Sendo assim, temos de concluir que a análise das consequências da perda dos mercados coloniais sobre a produção industrial portuguesa deve, ao contrário do que faz Valentim Alexandre, considerar como diminuto o peso relativo das exportações no total da produção industrial portuguesa ²¹.

Isto não impede que alguns empresários de Lisboa ou do Porto tenham tirado partido do monopólio do Brasil comprando tecidos ao «campesinato do noroeste do país que se dedicava à produção artesanal de linha», por exemplo, e os tenham feito expedir para o Império, realizando individualmente lucros avultados. Mas o impor-

tante é não deixar de ter em conta que os valores mobilizados por esses empresários apenas representariam uma parcela reduzida do valor da produção industrial portuguesa.

Em conclusão: a cronologia proposta por Valentim Alexandre relativa à evolução das exportações de produtos industriais portugueses para o Brasil não é defensável. Isto implica que a coincidência que o autor defende existir entre as medidas tomadas pelo governo da monarquia portuguesa em 1808 e 1810 e as contracções das exportações não se verifica. Deste modo, a perda do monopólio comercial no Brasil não pode ser considerada como causa principal da descida das exportações industriais portuguesas. Qualquer que seja a explicação deste fenómeno, no entanto, não se pode tomar a evolução das exportações como indicador da evolução da produção industrial portuguesa.

NOTAS

* Esta nota crítica tem tido uma vida atribulada. Nascida pouco depois da publicação do artigo a que se reporta entrou, por razões para-acadêmicas que me foram totalmente alheias, numa fase que eu pensara de coma, mas que se revelou ser de hibernação. Do seu despertar não fui o responsável, embora seja evidentemente responsável pela sua saída a público.

Apesar de velha de mais de dois anos, optei por não a rever. Essa revisão levaria à reformulação das partes III e IV, no sentido de melhor inserir o caso português na discussão mais alargada em torno do papel do chamado «imperialismo económico» (formal ou informal) no desenvolvimento industrial das potências coloniais europeias dos séculos XVIII e XIX. Como mais recente balanço sobre esta polémica ver o artigo de Patrick O'Brien: «The Costs and Benefits of British Imperialism, 1846-1914», *Past and Present*, n.º 120, Agosto de 1988, pp. 163-200. Na última parte desta nota seria ainda de incluir investigação adicional sobre as hipóteses relativas ao caso português aí apresentadas.

Em prol de alguma actualização, deixo aqui a referência a um trabalho em que se procura responder, para o caso espanhol, à pergunta formulada no título desta nota crítica. Trata-se do capítulo «La perdida de las colonias y la economía española» do recente livro de Leandro Prados de la Escosura: *De império a nación. Crecimiento y atraso económico en España (1780-1930)*, Madrid, Alianza, 1988, onde se quantifica o custo (económico) para a Nação espanhola da perda da grande parte do seu Império, até 1825. Esse custo é avaliado em função das perdas nos sectores mais afectados (comércio colonial, incluindo prestação de serviços de transporte e as remessas de metais preciosos; e receitas aduaneiras do Estado) relativamente ao rendimento nacional espanhol e, na hipótese mais extrema (considerando a mais baixa avaliação do rendimento nacional e a hipótese de que os recursos libertados não teriam utilização alternativa), ascende apenas a 5,6% do valor do rendimento nacional médio em 1784-96 (*op. cit.*, p. 85). Na secção B1 (da responsabilidade de François Crouzet) do próximo Congresso da Associação Internacional de História Económica (Leuven, Outubro de 1990), genericamente intitulada «Economic Effects of the French Revolutionary and Napoleonic Wars», haverá

ocasião para debater mais aprofundadamente estas estimativas, inclusivamente no que diz respeito ao caso português.

¹ Valentim Alexandre, «Um Momento Crucial do Subdesenvolvimento Português: Efeitos Económicos da Perda do Império Brasileiro», *Ler História*, n.º 7, 1986.

² Ver Jorge Borges de Macedo, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, 1982, especialmente pp. 233-49.

³ Já depois de concluída esta nota foi publicado um outro artigo sobre esta questão — J. J. de Andrade Arruda, «O Brasil e a Crise Económica de Portugal na Primeira Década do Século XIX», *Ler História*, n.º 8, 1986 —, no qual se expõe uma tese na linha da de Valentim Alexandre. No entanto os argumentos utilizados não trazem novidades significativas e, mais uma vez, se dá importância excessiva às exportações industriais no total da produção, sendo toda a análise baseada no estudo da composição e evolução do comércio, não havendo referências à produção industrial propriamente dita.

⁴ Valentim Alexandre, *op. cit.*, pp. 5-9.

⁵ Conselho Geral das Alfândegas, *Relatórios de 1876-77*, Lisboa, p. 104. Os sublinhados são nossos.

⁶ Valentim Alexandre, *op. cit.*, p. 12.

⁷ *Idem*, p. 38.

⁸ *Idem*, p. 32.

⁹ *Idem*, p. 18.

¹⁰ David Justino conclui do mesmo modo na sua recensão crítica à segunda edição do livro de Borges de Macedo (*op. cit.*). Ver *Revista de História Económica e Social*, n.º 11 (Jan-Jun), 1983, p. 130.

¹¹ Ver Valentim Alexandre, *op. cit.*, nota 20, p. 18. Refira-se que o máximo poderia ter ocorrido antes de 1796, ano em que a série tem início.

¹² Ver David Justino, *op. cit.*, p. 130.

¹³ Ver, entre outros, M. Pierre Channu, «Pour une Histoire Sérielle du Brésil au XVIII^e Siècle, Réflexions Préliminaires», in *L'Histoire Quantitative du Brésil de 1800 à 1930* (CNRS), Paris, 1973, pp. 104-05.

¹⁴ Valentim Alexandre, *op. cit.*, p. 19.

¹⁵ Ver J. Borges de Macedo, *op. cit.*, p. 238.

¹⁶ David M. Williams, «Customs Evasion. Colonial Preference and the British Tariff, 1829-42», in P. L. Cottrell & D. H. Aldcroft: *Shipping, Trade and Commerce. Essays in Memory of Ralph Davis*, Leicester, 1981, p. 110.

¹⁷ Ver Albert H. Imlah, *Economic Elements in the Pax Britannica*, Cambridge (Mass.), 1958, pp. 208-09.

¹⁸ Valentim Alexandre, *op. cit.*, pp. 36-7.

¹⁹ Ver, entre outros, Ralph Davis, *The Industrial Revolution and British Overseas Trade*, Leicester, 1979, p. 28; e J. Braga de Macedo, *op. cit.*, p. 246.

²⁰ Ver D. C. M. Platt, *Latin America and British Trade, 1806-1914*, Londres, 1972, pp. 54-56.

²¹ Este assunto também é abordado no recente artigo de Fátima Bonifácio, «Comércio Externo e Política Pautal na 1.^a Metade do Século XIX», *Ler História*, n.º 10 (?), pp. (?), no qual a autora expressa uma opinião semelhante.